

ENTRE IGREJAS, COROAS E REPÚBLICAS: UMA BREVE DISCUSSÃO SOBRE A INFLUÊNCIA DA RELIGIÃO NA HISTÓRIA ECONÔMICA BRASILEIRA

*Aldo Santos Lima*¹

Resumo: O presente artigo tem como objetivo iniciar uma discussão acerca da influência da religião na história econômica brasileira. Essa discussão se torna relevante mediante a forte presença da Igreja Católica na história do país. Se trata de uma pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo que tem o intuito de iniciar uma discussão sobre a temática. Deste modo, parte-se de dois marcos temporais para estudar essa relação, o Brasil colonial e o Brasil republicano, evidenciando como, em um primeiro momento, essa relação nasce no processo de colonização e se rompe, em termos oficiais, com a promulgação da primeira constituição da república brasileira.

Palavras-chave: Religião; Brasil colônia; Brasil república; História econômica brasileira.

¹ Mestrando em Economia Política Mundial pelo Programa de Pós-graduação em Economia Política Mundial da Universidade Federal do ABC. Bacharel em Ciências Econômica pela Universidade Federal de Sergipe. E-mail: Aldo.lima@ufabc.edu.br

Introdução

Religião e sociedade se encontram no mesmo caminho. A história da sociedade se entrelaça com a história da religião, sendo difícil, analisar uma sem mencionar de alguma forma a influência da outra. Deste modo, o presente artigo tem como objetivo iniciar uma discussão acerca da influência da religião na história política e econômica brasileira. Essa discussão se torna relevante mediante a forte presença da Igreja católica na história do país.

Para tanto, cabe o entendimento que o desenvolvimento do cristianismo no Brasil é uma ferramenta importante para compreensão da história do país, desta maneira esse entendimento se torna um elemento necessário para esta discussão. Já que a Igreja católica acompanhou e legitimou as incursões europeias durante o ciclo de navegações e no próprio processo de colonização das terras brasileiras.

O que se traz à tona com essas discussões, além da característica cultural das instituições religiosas, são os aspectos políticos e econômicos que se entrelaçam na história do país. Entender que o poder das instituições religiosas perpassa o caráter cultural nos leva a ter consciência da complexidade que surge dessas relações. Visto que em um dado período histórico os interesses econômicos, por exemplo, da empresa marítima portuguesa foi expressado também por uma linguagem religiosa. Por tanto os interesses econômicos da coroa confundiam-se com a expansão do poder da igreja católica.

Bem como no período republicano em que se estabelece uma ruptura formal entre o Estado brasileiro e a religião, mas devido ao grande poder da religião na sociedade brasileira tal ruptura só pôde ser visualizada no papel. Fato esse justificado devido ao grande poder da Igreja e a percepção dos governantes em enxergarem nela um mecanismo de controle popular.

Assim, para iniciar essa discussão o presente trabalho se encontra dividido em duas partes, excluindo essa introdução e as considerações finais. A primeira parte do artigo abordará o período da colonização até pouco antes da promulgação da república. Evidenciando os aspectos da relação entre a igreja católica e a coroa portuguesa. Já na segunda parte começa com o advento da república e a separação oficial do estado e religião, retratando os impasses dessa ruptura até os dias atuais.

Entre coroas

A Igreja católica sempre marcou forte presença na história do Brasil. O clero foi por muito tempo o eixo em torno do qual transcorreu a vida social e política brasileira. De acordo com Serbin² (2006), conhecer bem o desenvolvimento do catolicismo é um importante instrumento para entender melhor o percurso do país no passado e no presente.

2 Ken Serbin, *Padres, celibato e conflito social: uma história da Igreja católica no Brasil*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2006. 446 p.

A contextualização da primeira evangelização se torna necessária para poder compreender as consequências no contexto colonial. Segundo Vasconcelos³ (2005), a primeira evangelização se iniciou na extensão da atmosfera medieval de conquista de territórios para a fé católica. A luta pela reconquista dos territórios europeus dominados pelos árabes e a luta contra os muçulmanos influenciaram os missionários profundamente. Já no contexto colonial, agora, não os árabes, mas os índios e os negros é que devem ser conquistados para a fé católica.

A Igreja católica acompanhou e legitimou as incursões europeias durante todo ciclo das navegações, inclusive, a presença de sacerdotes era fundamental nas próprias embarcações, já que a religiosidade estava fortemente presente no universo dos marinheiros. Em conformidade com Aquino⁴ et al (2001), os sacerdotes, além de celebrar missas e serem considerados “médicos das almas”, por perpetuar o equilíbrio emocional dos marinheiros, também exerciam a função de vigiar os tipos proibidos de prazer; condenavam a prática do jogo e buscavam manter o clima de castidade a bordo; combatiam, ainda, as leituras proibidas e a blasfêmia, já que poderia desvirtuar os marujos.

Desde o início da expansão marítima, os portugueses procuravam converter os povos descobertos, considerando o processo expansionista uma forma de compromisso religioso (AQUINO et al., 2001). Hornaert⁵ et al. (2008), corrobora com a ideia de que toda empresa marítima portuguesa foi expressa por uma linguagem religiosa, enfatizando o papel missionário.

Vasconcelos (2005) certifica que a expansão dos interesses econômicos da coroa portuguesa confundia-se com a expansão do catolicismo. A conversão ao cristianismo confundia-se com submissão à coroa portuguesa: aceitar o Evangelho anunciado pelos missionários era, ao mesmo tempo, aceitar a submissão à coroa.

A prática de converter os povos descobertos não estava ligada somente a uma questão cultural, mas sim a uma questão econômica. Santa Sé e reinos Ibéricos firmaram um acordo durante a expansão ultramarina, no qual a Santa Sé delegava poderes aos monarcas católicos, instruindo-os a como administrar e organizar a Igreja católica nos novos territórios conquistados, e os que estavam por vir a ser conquistados. Já os reis ficariam responsáveis por arrecadar os dízimos e construir novas igrejas, além de nomear os párocos e propor nomes de bispos. Esse acordo ficou conhecido como padroado, já aqui no Brasil como Padroado Régio. Serbin evidencia este acordo:

3 Sérgio Sezinho Douets Vasconcelos,. “Tópicos sobre o papel da igreja em relação à escravidão e religião negra no Brasil”, *Revista de Teologia e Ciências da Religião*, Recife/PE, v. 4, n. 4, p.35-51, set. 2005.

4 Rubim Santos Leão Aquino de et al, *História das Sociedades: Das Sociedades Modernas às Sociedades Atuais*, 39ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001. 643 p

5 Eduardo Hoornaert et al. *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo: primeira época: período colonial*. [5. ed.]. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. 442 p.

No Brasil, as relações entre Igreja e Estado codificaram-se no padroado. Este fez da evangelização um assunto oficial do Estado e, portanto, uma forma de dominação que muitas vezes atropelava os ideais cristãos. O padroado ostensivamente oferecia privilégios à Igreja, mas na realidade permitia o Estado salvaguardar zelosamente o seu poder. O papa concedera à coroa portuguesa o controle sobre os assuntos espirituais como recompensa pelo êxito na expulsão dos mouros e pela conversão de novas áreas do mundo (SERBIN, 2006 p 48).

Obviamente, o mais beneficiado com tal acordo foi a coroa portuguesa, visto que sem ele se tornaria um pouco complicado o processo de colonização, pois, segundo Serbin (2006), a habilidade dos jesuítas e outros padres em comunicar-se com diversos grupos indígenas graças à criação de uma língua geral ajudou os portugueses a consolidar seu domínio sobre o Brasil e a construir os alicerces econômicos da colônia. Facilitando o processo de escravização dos índios, posteriormente substituído pela escravização negra.

Importa reforçar, também, as funcionalidades dos padres, além da já citada função que os mesmos tinham a bordo das embarcações. Serbin (2006) menciona que com a vasta experiência e conhecimento, os padres tinham capacidade para influir nos acontecimentos. Seu poder só podia ser refreado pelo Estado e pela elite. Ao mesmo tempo, eles se incrustaram nas estruturas de poder. Na esfera regional, padres participavam do cabido, o corpo governante diocesano. Sob o padroado, tornaram-se parte burocrática do Estado. A distância de Roma encorajava ainda mais a absorção de clérigos pelo Estado. Íntimos da vida da elite colonial, os padres estendiam sua influência aos mais altos níveis de governo.

Enquanto colonizadores, os padres construíram uma nova civilização. Exerceram grande influência cultural graças ao seu monopólio da educação da elite. Até hoje a pedagogia jesuíta é importante referência para o ensino no Brasil. Os padres procuravam reproduzir no país o sistema de ética, estrutura familiar, casamento, sexualidade e outros aspectos fundamentais da civilização cristã ocidental. Regulavam os costumes e exerciam uma espécie de poder de polícia moral (SERBIN, 2006).

No tocante a ação colonizadora portuguesa no Brasil, interessa mencionar sua coincidência com o contexto marcado pelas tendências de contrarreforma. Enquanto o concílio de Trento⁶ definia suas normas, os jesuítas chegaram às terras brasileiras com o primeiro governador geral. Aquino et al (2001) salienta a importância que esse espírito religioso, marcante na colonização portuguesa, foi produto da Igreja pós-tridentina, em que muitas das determinações normativas do concílio nem sempre foram adotadas integralmente no Brasil.

O contexto que se passa a ação colonizadora é, também, reafirmado por Sarbin (2006), segundo o qual, o triunfo religioso alimentou-se da efervescência da contrarreforma, da inquisição, do antissemitismo e da obsessão pela pureza racial. O catolicismo brasi-

6 Concílio ecumênico da Igreja Católica para certificar a unidade de fé e a disciplina eclesiástica.

leiro desenvolveu-se jogando com os medos das pessoas. Os padres eram soldados divinos que ofereciam a escolha entre batismo e a morte. A colonização era uma empresa sagrada com unidade de interesses religiosos, políticos e econômicos.

Serbin (2006) afirma que a conquista religiosa do Brasil e das Américas foi um capítulo fundamental da história do catolicismo. E considera que essa época foi a era de ouro do trabalho missionário no hemisfério ocidental e na Ásia na segunda metade do século XVI, transformando a Igreja Católica em religião mundial.

O que mais impressionou naquele período foi o fato do catolicismo e a coroa portuguesa estarem em seu momento reluzente. A outro giro, o Brasil começava a escrever uma história sombria em suas páginas, até então em branco, com a chegada dos portugueses em seu território. Significando não somente a expansão do território português, mas também a chegada da cultura europeia, da civilização branca em terras que anteriormente eram povoadas pelos índios. A exploração do índio por brancos não durou muito tempo devido as dificuldades de seu manejo e as imposições dos próprios jesuítas. Abrindo espaço para um novo tipo de comércio, o tráfico negreiro.

Vasconcelos (2005) diferenciou a chegada do português e a chegada dos dos primeiros africanos no Brasil, evidenciando que

Ao contrário do português, que vinha ao Brasil em busca de riquezas, os africanos foram escravizados e barbaramente forçados a vir para o Brasil a fim de produzirem riquezas para os portugueses. Foram obrigados a viver em um novo “habitat” onde se encontravam em total subordinação econômica e social. Ao serem capturados, eram-lhes destruídas as relações comunitárias na aldeia, a família, a linhagem e a religião. Eles eram transportados para uma terra estranha onde o branco patriarca era o dominador, senhor absoluto; cabia-lhes, pois, a nova organização social, o lugar mais humilhante e desprezível: a escravidão (VASCONCELOS, 2005 p.37-38).

Furtado⁷ (2007) ressalta o papel da escravidão africana no processo de acumulação de riqueza foi marcada pela exploração da mão de obra escrava africana, já que estes, ao contrário dos indígenas, mostraram-se mais eficientes, servindo de base para expansão da empresa colonial.

A respeito desse papel, Serbin (2006) destacou a dependência do trabalho escravo nos engenhos pertencentes à Igreja, evidenciando-se tanto no sentido moral como no comercial. Destacando, neste último, o fato de que a progressão no engenho religioso era maior do que no engenho de propriedade leiga. Os escravos exerciam todo o trabalho físico com a santa aprovação dos padres.

Os escravos africanos eram reconhecidos como uma espécie de bem material. A Igreja Católica no Brasil tinha uma opinião contrária a esse tipo de escravidão, aliás, ela era a maior possuidora de escravos da época. Conforme Serbin (2006), no século XIX as

7 Celso Furtado, *Formação econômica do Brasil*, 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 351 p.

ordens religiosas classificavam seus escravos como bens eclesiásticos e os alistavam em livros contábeis junto com a transação de carne, peixe, sabão, farinha de mandioca, cavalos e bois.

Ademais, a respeito da postura da Igreja e da possível convivência com a exploração do trabalho escravo, destaca-se a preocupação da instituição com a sacramentalização dos negros. Dessa forma, conforme estabelece Vasconcelos (2005), a religião serviu, muitas vezes, como manto ideológico, para justificar, em nome do sagrado, as injustiças da escravidão. Não apresentando mudanças ao longo do tempo em que durou a escravidão no Brasil.

Segundo o entendimento de Serbin (2006), a ampla participação da igreja na escravocracia, fez surgir atitudes racistas, não só por barrar o sacerdócio para os não brancos, mas por reproduzir uma cultura eclesiástica que tirava toda e qualquer atração possível da vocação religiosa. O resultado dessas atitudes no cenário socio-político-econômico atual é a intensificação do recorte étnico-racial.

Entre repúblicas

O advento da república provocou mudanças estruturais na seara religiosa brasileira. Segundo Julião⁸ (2012), foi com a promulgação da Constituição de 1891 que a Igreja Católica perdeu a sua posição de entidade religiosa oficial do Brasil. Foram diversas as mudanças provocadas por tal ruptura, a exemplo tem-se a instituição do casamento civil, a entrega dos cemitérios às entidades públicas, o desaparecimento do ensino religioso nas escolas públicas e, também, a suspensão do pagamento de salário do Clero pelo Estado.

A Igreja Católica, que até antes da promulgação da Constituição usufruía de benefícios favorecidos pelo Império, necessitou da utilização de alguns métodos, antes considerados desnecessários, para mudar a forma de como agir, já que agora se encontrava desamparada pelo Estado e financeiramente já não podia contar com o dinheiro dos cofres públicos (CAVALCANTI, 1994 *apud* JULIÃO, 2012).

Destarte, considerando o posicionamento adotado pelo Estado, a Igreja sentiu-se ameaçada. Segundo Mainwaring⁹ (2004), esta instituição passou a realizar reformas internas que ajudaram a melhorar a sua imagem. Começou, assim, a reverter a decadência institucional adquirida ao longo do tempo. Foram criadas, então novas dioceses que aumentaram o controle episcopal. Permanecendo politicamente conservadora, se opondo a secularização e a outras religiões, de modo a instituir um catolicismo mais vigoroso.

⁸ Paulo Julião, “A Igreja Católica e as relações políticas com o Estado na Era Vargas”, In: SIMPOSIO NACIONAL DA ABHR, 13., 2012, São Luiz/ma. *Religião, carisma e poder: As formas da vida religiosa no Brasil*. São Luiz/MA: UFMA 2012.

⁹ Scott Mainwaring, *A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo, SP: Brasiliense, 2004. 300 p

O que importa salientar neste tópico é que a partir dos anos de 1930 a 1945, o Estado e a Igreja Católica retomam uma relação não oficial. Essa relação oficiosa se deu, segundo Julião (2012), pela percepção getulista de que teria, na Igreja, uma poderosa aliada para manutenção do seu governo. Fato justificável, já que, nessa época, a Igreja católica possuía um grande poder em suas mãos, notadamente uma população expressivamente católica.

Lenharo¹⁰ (1986) afirma que Vargas beneficiou-se da religião para utilizá-la como mecanismo de controle popular, considerando que existia a necessidade de manter o espírito cristão e o presidente carecia da imagem de “Pai da nação”, dentro do ponto de vista cristão. Vale destacar o apelo popular obtido pela proclamação de Nossa Senhora Aparecida como padroeira do Brasil, que contou com a presença de distintas lideranças políticas. Engana-se quem acha que a Igreja não fez a sua parte para manutenção dessa relação oficiosa. A igreja Católica corroborou com o Estado apoiando-lhe em importantes questões políticas.

De acordo com Azzi¹¹ (1978), a importância da Igreja Católica na participação do governo de Vargas, se justifica porque a Igreja, no Brasil, teve a função de mantenedora da ordem. Por essa razão, o ensino religioso era tão importante para hierarquia eclesiástica, já que era através dele que a população católica era incitada a obedecer aos detentores do poder como uma obrigação de consciência.

Um dos episódios mais memoráveis da atuação do poder político da Igreja Católica brasileira, pode ser visualizado no período do governo Jango (1961-1964) com a marcha da família com Deus pela liberdade, em resposta a alguns pronunciamentos do presidente. De acordo com Prado¹² (2013), o pronunciamento de Jango criticava o anticomunismo e, também, se manifestava contrário a utilização de símbolos religiosos como instrumentos políticos. Tais declarações alarmaram a direita conservadora, religiosos e militares, já que existia grande perigo de instauração de uma república comunista. Fator que iria de encontro com a doutrina católica, que via no comunismo o perigo do ateísmo.

A marcha da família com Deus pela liberdade pode ser definida como um movimento urbano que ocorreu em março de 1964, que se consistiu, segundo Guisolphi¹³ (2010), de uma série de manifestações liderada por setores conservadores do clero, aliadas com as elites hegemônicas. Essa marcha apoiava o golpe militar, defendia a família tradicional e os dogmas religiosos. Guisolphi (2010) afirma que

10 Alcir Lenharo, *Sacralização da política* – 2ª ed. Campinas: Papyrus, 1986. 218 p.

11 Riolando Azzi, “A formação do catolicismo popular no Brasil”. In: SANTOS, B. Beni dos; ROXO, Roberto M. *A religião do povo*. São Paulo: Paulinas, 1978.

12 Caroline Gonçalves Prado, *AVALIAÇÃO ECONÔMICA E POLÍTICA DA ECONOMIA BRASILEIRA DE 1961-1964: O alcance e os limites dos governos Jânio e Jango*. 2013. 146 f. Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Econômicas, Departamento de Economia e Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

13 Anderson José Guisolphi, “As Marchas da Família com Deus pela Liberdade: ideologias e práticas católicas no golpe militar de 1964”, *Cadernos do CEOM (UNOESC)*, v. 31, p. 453-458, 2010.

O alto clero possuía seus mecanismos de controle político, mesmo que nas aparências fossem apenas doutrinários. O instrumento de ação política da Igreja foi a LEC, Liga Eleitoral Católica, um grupo de politização pensado pelo alto-clero brasileiro, utilizado como instrumento de pressão sobre os fiéis. O alto clero recomendava aos eleitores católicos que eles poderiam votar em qualquer partido, desde que comprometidos com a defesa das “reivindicações da Igreja”. Embora essa liberdade de escolha não fosse tão irrestrita assim, pois ao mesmo tempo em que afirmava isso, fazia um pacto de cooperação com o governo, que garantiria o ensino religioso nas escolas públicas, assistência religiosa nas forças armadas, e a questão do casamento civil, pautado pelos princípios da Igreja (GUISOLPHI, 2010, p.10).

Frisa-se que a marcha ocorreu em várias capitais do Brasil, mas foi em São Paulo que ocorreu uma das maiores, contando com mais de 400 mil pessoas. Segundo Prado (2013), os manifestantes que estavam presentes na marcha distribuíam manifestos que criticavam o governo, de modo a convidar a população a se opor ao modo de governar de Jango. A finalidade da marcha era converter a opinião pública e mobilizar a sociedade contra a ameaça comunista, representada pelo governo Goulart. Ao final, a marcha contou com a realização de uma missa pela salvação da democracia.

Importa mencionar, ainda, quais eram os grupos que foram as ruas e que estavam se opondo ao mencionado governo, tido como comunista:

As Marchas da Família com Deus pela Liberdade foram atos públicos organizados por setores católicos da classe média urbana — e impulsionados por políticos conservadores (a Ação Democrática Parlamentar, em primeiro lugar), pela elite empresarial (reunida no IPES) e pelos movimentos femininos — que reuniram milhares de pessoas às vésperas do 31 de março nas principais cidades brasileiras. Condenavam genericamente a política “populista” (isto é, “a demagogia, a desordem e a corrupção”) e o “comunismo” (seja seu caráter “materialista e ateu”, seja o risco que o “totalitarismo” poderia representar à propriedade privada e à democracia). Fazendo eco ao clima de guerra fria, comunismo e populismo eram considerados posturas simetricamente “antidemocráticas”. O primeiro porque “esmagava o indivíduo”, na expressão corrente da época, sufocando a “liberdade”; o segundo porque impedia a realização plena da “verdadeira democracia” (na verdade, uma versão idealizada e elitista do funcionamento do regime liberal-democrático nos países capitalistas centrais). Simplificadamente, as Marchas batiam-se pela obediência aos “valores tradicionais cristãos” (o terço e o rosário, o matrimônio, a família) e pela observação das “liberdades individuais” a liberdade de expressão, a liberdade religiosa, a propriedade privada) ameaçadas (ou supostamente ameaçadas) pelo governo Goulart (CODATO; OLIVEIRA, 2004, p.273-274)¹⁴.

O resultado dessas manifestações é lembrado como um dos capítulos mais marcantes da história brasileira, o golpe militar. A implementação da ditadura militar em 1964, contou, segundo Bruneau¹⁵ (1974), com a ajuda da Igreja Católica, mas cabe lembrar que a

14 Adriano Codato; Marcus Oliveira,. A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964. *Revista Brasileira de História*. v. 24, n. 47, São Paulo, 2004.

15 Thomas Bruneau, *O catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo: Loyola, 1974.

Igreja não teve um papel de ação direta entre os principais agentes do golpe militar. Isso porque, nesse período, a Igreja passava por serias mudanças e, em meio a esse complexo de modificações, não havia, dentro da hierarquia católica, uma uniformidade em relação aos seus posicionamentos político-sociais. Salienta-se que as mobilizações teriam sido organizadas e alicerçada por parte da Igreja Católica, que era a parte que estava ligada aos setores mais conservadores da sociedade.

A partir da análise do histórico das constituições federais promulgadas no Estado brasileiro, pode-se concluir que não houve unanimidade com relação à adoção de uma religião oficial dentro do território federativo. Lenza¹⁶ (2009) destaca que, a constituição de 1824, a primeira a ser promulgada, no auge da vigência do Império, definiu a religião Católica Apostólica Romana como a oficial, ressaltando que todas as outras religiões eram permitidas, desde que o culto fosse realizado no meio doméstico.

No bojo da constituição de 1891, sucessora da Carta Magna de 1924, a relação entre religião e Estado muda de figura. Foi constitucionalizada, com a vigência do decreto nº 119-a de 1890, a adoção do Estado laico ou leigo. Logo, não havia mais uma religião oficial no território brasileiro, sendo vetado, inclusive, o ensino religioso nas escolas públicas. Não se invocou, também, a expressão “sob a proteção de Deus, no preâmbulo constitucional” (LENZA, 2009).

Seguidamente, as constituições promulgadas nos anos de 1934, 1946 e 1967, mantiveram a inexistência de religião oficial, todavia, na última citada, conforme destaca Lenza (2009), houve a menção a “Deus” no termo normativo constitucional. Tal menção à figura religiosa manteve-se presente no texto preambular das constituições de 1967 e 1969, estando, inclusive, presente na atual constituição de 1988, vigente em todo o território nacional.

Considerações Finais

A relação da religião com a sociedade brasileira foi mensurada em alguns momentos da história, em que o presente trabalho explorou anteriormente. O que ficou claro é que desde da colonização das terras brasileiras a influência da religião, no caso da Igreja Católica, se mostrou presente. O argumento de converter os novos povos como uma espécie de compromisso religioso que a Igreja católica e a empresa marítima portuguesa falam por si só sobre a dualidade dessa prática, a cultural e a econômica.

Quando se chega ao período republicano, observa-se que os governos autoritários tiveram um grande apelo religioso e apoio das igrejas. Segundo Azevedo¹⁷ (2004), isso pode ser afirmado porque a legitimidade religiosa e política da Igreja no Brasil se deu através de um longo processo que acompanhou a história do Brasil, desde o período da colonização. E

16 Pedro Lenza, *Direito Constitucional Esquematizado*. São Paulo/SP: Saraiva, 2009. 812 p.

17 Dermi Azevedo, “A Igreja Católica e seu papel político no Brasil”, *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 18, n. 52, p.109-120, set. 2004.

o poder estabelecido em tal período, favoreceu um modelo de Catolicismo habitualmente definido como Crisandade. Nesse modelo, a Igreja era uma instituição dependente do Estado e a religião oficial atuava como dispositivo de dominação social, política e cultural.

Não obstante, a existência do processo de laicização, é possível vislumbrar, no atual contexto social, resquícios da relação entre as mencionadas instituições. Apesar da exclusão legal de tal relação, é possível visualizá-la moral e costumeiramente no cotidiano nas instituições que compõem o Estado enquanto garantidor da ordem pública, a exemplo da presença de imagens sacras em órgãos públicos.

Outro fator que evidencia o pseudo-Estado-laico brasileiro, são as suas notas de dinheiro em que se tem a frase “Deus seja louvado”. A adoção da frase foi inovadora na história republicana do país e ocorreu em meados dos anos 80. Segundo Denck¹⁸ (2015), foi o cruzado a primeira moeda a receber a mencionada frase, depois do então Presidente da República, José Sarney, solicitar ao Banco Central que imprimisse a expressão nas cédulas da nova moeda. Sarney tomou como referência os EUA que tinha em suas cédulas a frase “Em Deus nós acreditamos”.

Em 2012, o Ministério Público Federal solicitou a retirada dessa frase do dinheiro uma vez que desrespeitava o caráter laico do Estado. A solicitação foi negada pelo Banco Central que argumentou que a inscrição segue a Constituição Federal de 1988 em que os parlamentares iniciam o texto informando que a lei máxima do país foi promulgada com a “proteção de Deus”. A presidente Dilma Rousseff atendendo pedido de ateus chegou a anunciar que tiraria essa inscrição do dinheiro, mas devido à polêmica gerada não implantou a proposta.

A inscrição no dinheiro, bem como as imagens de Cristo em várias repartições públicas, confirma que a secularização é parcial do Estado brasileiro, e revela o poder da religião cristã na vida econômica e política do país, por conseguinte, influenciando hábitos, costumes, valores, e de forma geral a consciência social.

18 Diego Denck, “Se o Brasil é laico, por que temos ‘Deus seja louvado’ em nossas cédulas?” 2015. *Mega Curioso*. Disponível em: <<http://www.megacurioso.com.br/polemica/75699-se-o-brasil-e-laico-por-que-temos-deus-seja-louvado-em-nossas-credulas.htm>>. Acesso em: 05 jul. 2016.